

**HABEAS CORPUS Nº 549.254 - SP (2019/0359999-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE** : **BIANCA CAMARGO MOLLER E OUTRO**  
**ADVOGADOS** : **TAINA SUILA DA SILVA ARANTES TORRES - SP375399**  
 : **BIANCA CAMARGO MOLLER - SP383901**  
**IMPETRADO** : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE** : **TIAGO DOS SANTOS ANTONIO (PRESO)**  
**INTERES.** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de TIAGO DOS SANTOS ANTÔNIO contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Apelação Criminal nº 0000395-91.2017.8.26.0617).

Consta dos autos que o paciente foi condenado pelo crime tipificado no art. 16 da Lei n. 10.826/2003 à pena de 3 (três) anos de reclusão, no regime semiaberto, e pagamento de 10 (dez) dias-multa. O Tribunal de origem negou provimento à apelação defensiva e deu provimento ao apelo ministerial para aumentar as reprimendas para 3 (três) anos e 6 (seis) meses de reclusão e pagamento de 11 (onze) dias-multa. Eis a ementa do julgado (e-STJ fl. 24):

*Apelação Criminal - Art. 16, caput, da Lei nº 10.826/03.*

*PRELIMINAR Inocorrência de violação de domicílio e intimidade Policiais que não tiveram acesso ao aparelho celular do réu Acusado que permitiu a entrada dos milicianos em sua residência Preliminar rejeitada.*

*MÉRITO - Materialidade e autoria demonstradas Réu que portava arma de fogo de uso restrito, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar - Prova Confissão do réu e declarações de policiais militares Validade Inexistência de motivos para incriminar o réu injustamente.*

*Penas Mínimo legal Agravante da reincidência que prepondera sobre a atenuante da confissão - Regime semiaberto.*

*Preliminar rejeitada, recurso da defesa desprovido e provido o recurso ministerial.*

# Superior Tribunal de Justiça

No presente *writ*, sustenta a defesa a ocorrência de constrangimento ilegal ante a nulidade das provas produzidas, pois foi violada a privacidade do paciente (utilização indevida de seu aparelho celular), bem como seu domicílio foi invadido sem ordem judicial.

Alega, ainda, a possibilidade de compensar a agravante da reincidência com a atenuante do confissão.

Obtempera que fixada a pena em patamar inferior a 4 (quatro) anos deve ser fixado o regime aberto para o início do cumprimento da reprimenda corporal.

Ao final, requer, liminarmente e no mérito, seja reconhecida a nulidade em relação as provas produzidas. Subsidiariamente, pleiteia seja compensada a atenuante da confissão com o agravante da reincidência, bem como seja fixado o regime aberto para o cumprimento da pena.

É o relatório. Decido.

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

No caso dos autos, ao menos em juízo de cognição sumária, não verifico manifesta ilegalidade apta a justificar o deferimento da medida de urgência, sendo necessário aprofundado exame dos autos para a aferição de eventual constrangimento.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser analisado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus*.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Suficientemente instruída a impetração, dispensei informações.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Intime-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator